16 - A Logística das Organizações Criminosas no Tráfico de Drogas através da Fronteira Brasil/Paraguai do Mato Grosso do Sul e seus Impactos na Segurança Pública: uma Revisão Integrativa

The Logistics of Criminal Organizations in Drug Trafficking across the Brazil–Paraguay Border in Mato Grosso do Sul and its Impacts on Public Security: an Integrative Review

Celso Ferreira Tobias[1]
Leandro Moya Vasconcelos[2]
Alexandre Leopoldo Gonçalves[3]

RESUMO

Este artigo analisa a logística das organizações criminosas no tráfico de drogas através da fronteira Brasil–Paraguai, com ênfase no estado de Mato Grosso do Sul, região marcada por intensa circulação ilícita e atuação de redes transnacionais do narcotráfico. Parte-se da compreensão de que o tráfico de drogas constitui um sistema organizado que articula estruturas logísticas, territoriais e econômicas em diferentes escalas. Nesse contexto, examinam-se as dinâmicas criminais transfronteiriças, as rotas de circulação de drogas e as vulnerabilidades das áreas de fronteira visando responder à seguinte pergunta de pesquisa: Como a literatura acadêmica descreve a organização das redes logísticas do tráfico de drogas na fronteira Brasil–Paraguai e sua influência na segurança pública de Mato Grosso do Sul? A pesquisa possui natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, baseada em uma revisão integrativa da literatura. Após as etapas de triagem, 18 trabalhos foram selecionados e organizados em uma matriz de síntese, a partir da qual se desenvolveram as análises. Os resultados indicam que a fronteira Brasil–Paraguai constitui espaço estratégico para o narcotráfico, caracterizado por elevada permeabilidade territorial e presença de organizações criminosas estruturadas. Conclui-se que o tráfico de drogas na

[1] Policial Militar do MS. Graduado em Educação Física (MAGSUL). E-mail: celso.tobias@hotmail.com.

[2] Policial Militar do MS. Graduado em Gestão Ambiental (UNOPAR). Pós-graduado em Política sobre Drogas e Segurança Pública (UFJF). E-mail: leandromoya43@gmail.com.

[3] Professor Associado da UFSC. Mestre e Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). E-mail: a.l.goncalves@ufsc.br.

região deve ser compreendido como fenômeno logístico e transnacional, inserido em redes ilícitas mais amplas, o que impõe desafios complexos ao controle estatal e às políticas de segurança pública.

Palavras-chave: tráfico de drogas; crime organizado; logística criminosa; fronteira Brasil–Paraguai; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

This article analyzes the logistics of criminal organizations involved in drug trafficking across the Brazil–Paraguay border, with emphasis on the state of Mato Grosso do Sul, a region marked by intense illicit circulation and the presence of transnational narcotrafficking networks. The study is based on the understanding that drug trafficking constitutes an organized system that articulates logistical, territorial, and economic structures across different scales. In this context, cross-border criminal dynamics, drug trafficking routes, and vulnerabilities of border areas are examined in order to answer the following research question: How does the academic literature describe the organization of drug trafficking logistics networks along the Brazil–Paraguay border and their influence on public security in Mato Grosso do Sul? The research has a qualitative nature, with exploratory and descriptive characteristics, based on an integrative literature review. After the screening stages, 18 studies were selected and organized into a summary matrix, which served as the basis for the analyses. The results indicate that the Brazil–Paraguay border constitutes a strategic space for drug trafficking, characterized by high territorial permeability and the presence of structured criminal organizations. It is concluded that drug trafficking in the region should be understood as a logistical and transnational phenomenon embedded in broader illicit networks, which imposes complex challenges for state control and public security policies.

Keywords: drug trafficking; organized crime; criminal logistics; Brazil–Paraguay border; Mato Grosso do Sul.

1 INTRODUÇÃO

A fronteira entre Brasil e Paraguai, especialmente no estado de Mato Grosso do Sul, configura-se como um espaço estratégico para a circulação de pessoas e mercadorias, mas também como uma área vulnerável à atuação do crime organizado transnacional. Caracterizada por extensa faixa de fronteira seca, intensa mobilidade populacional, múltiplas vias de acesso formais e informais e limitada presença do Estado, a região apresenta condições que favorecem sua consolidação como um dos principais corredores do tráfico de drogas no país (Machado, 2007; MJSP, 2021).

Nesse contexto, o tráfico de drogas deve ser compreendido como um sistema complexo e estruturado, que envolve planejamento logístico, divisão de tarefas, uso estratégico do território e constante adaptação às ações repressivas e articulação entre diferentes grupos criminosos (Gemelli; Souza, 2017; Pfrimer; Silva, 2019). A fronteira sul-mato-grossense desempenha papel central tanto no abastecimento do mercado interno, sobretudo de maconha, quanto como rota de passagem da cocaína e da pasta base para mercados internacionais (Marques, 2024; Dias; Paiva, 2022; Gemelli; Souza, 2017).

As organizações criminosas atuantes na região, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), apresentam estruturas sofisticadas e capacidade de articulação transnacional, exercendo controle territorial, influenciando comunidades locais e operando redes de transporte, armazenamento e distribuição de drogas, armas e recursos financeiros. A atuação destas organizações evidencia elevada adaptabilidade às estratégias de fiscalização e repressão estatal, com uso de rotas formais e informais para viabilizar o transporte e a distribuição de ilícitos (Marques, 2024; Dias; Paiva, 2022).

Os impactos dessa dinâmica ultrapassam a segurança pública, atingindo diretamente as comunidades locais por meio do aumento da violência, do recrutamento de indivíduos em situação de vulnerabilidade, da exploração de mulheres em atividades ilícitas e do agravamento das desigualdades sociais (Silva; Carneiro Filho; Preussler, 2019). Além disso, a presença do crime organizado fragiliza relações comunitárias e a confiança nas instituições públicas e compromete a efetividade de políticas públicas.

Diante dessa realidade, a compreensão do tráfico de drogas na fronteira Brasil–Paraguai requer uma abordagem integrada, que considere aspectos logísticos, organizacionais e sociais, bem como as respostas estatais ao fenômeno (Misse, 2006; Gemelli; Souza, 2017; Ferreira; Medeiros, 2020). Assim, o presente estudo busca responder à seguinte questão: Como a literatura acadêmica descreve a organização das redes logísticas do tráfico de drogas na fronteira Brasil–Paraguai e sua influência na segurança pública de Mato Grosso do Sul?

Assim, o objetivo consiste em analisar a logística das organizações criminosas na região fronteiriça, identificando suas estratégias operacionais e os principais efeitos sobre a segurança pública. Metodologicamente, adotou-se uma revisão integrativa da literatura, técnica que permite reunir e sintetizar estudos de diferentes naturezas

sobre um mesmo objeto (Souza; Silva; Carvalho, 2010). A partir de buscas nas bases Google Scholar, SciELO, Scopus, Web of Science e repositórios institucionais, orientadas por descritores relativos ao tráfico de drogas, ao crime organizado e à fronteira Brasil–Paraguai, foram identificados 72 trabalhos, posteriormente reduzidos a 18 trabalhos após critérios de seleção e exclusão detalhados na Seção 3. As obras efetivamente analisadas encontram-se listadas no Quadro 1 (Apêndice A).

Para além desta seção, o trabalho divide-se em mais quatro seções. A segunda seção apresenta a fundamentação teórica, abordando o crime organizado e a sua hierarquia, os mercados ilícitos e o tráfico de drogas e uma discussão sobre as fronteiras e as dinâmicas criminais transfronteiriças. Já a terceira seção apresenta a metodologia utilizada no trabalho com a realização de uma revisão integrativa resultando em uma matriz de síntese com diferentes dimensões de análise. A quarta seção, por meio das dimensões identificadas na seção anterior, realiza uma análise e discussão dos resultados obtidos. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CRIME ORGANIZADO

Poucos fenômenos desafiam tanto o Estado contemporâneo quanto o crime organizado. Distantes da imagem difusa da quadrilha improvisada, as organizações que atuam na fronteira Brasil–Paraguai operam como estruturas empresariais, com hierarquia, divisão de tarefas e capacidade de articulação transnacional. Antes de examinar como agem, porém, é preciso delimitar o próprio conceito, tarefa nem sempre trivial, considerando a pluralidade de sentidos que o termo assume nos debates jurídico e acadêmico.

Neste trabalho, adota-se como ponto de partida a definição legal consolidada pela Lei nº 12.850/2013, que caracteriza a organização criminosa como a associação de quatro ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e marcada pela divisão de tarefas, ainda que informal, voltada à obtenção de vantagens de qualquer natureza mediante a prática de infrações penais graves ou de caráter transnacional (Brasil, 2013). De maneira complementar, Misse (2011) desloca o foco de uma entidade fixa para um conjunto de práticas e mercados ilícitos articulados em rede. A combinação das duas perspectivas possibilita tratar o crime organizado

como um sistema que combina forma empresarial, flexibilidade reticular e inserção territorial.

Na fronteira entre Brasil e Paraguai, por exemplo, o crime organizado encontra um ambiente que facilita sua atuação. Machado (2007) explica que regiões extensas, com pouca presença do Estado e grande circulação de pessoas e mercadorias, acabam funcionando como espaços estratégicos para redes ilegais. Não significa dizer que a fronteira seja responsável pela ocorrência de crimes, mas ela oferece condições que podem ser aproveitadas por grupos e pessoas que possuem estrutura para tal.

Nota-se, ainda, que essas organizações não se sustentam apenas pela violência: elas também exercem formas de controle social sobre os territórios em que atuam. Em estudo comparativo sobre as cidades-gêmeas[4] da fronteira Brasil–Paraguai, Dias e Paiva (2022) mostram como grupos de base prisional passaram a regular condutas, mediar conflitos e impor regras próprias à vida local, configurando o que a literatura denomina governança criminal. Essa capacidade de ordenar o cotidiano decorre, em boa medida, da adaptação às falhas institucionais: o crime organizado, muitas vezes, se expande justamente onde a presença do Estado é ausente ou frágil (Dias; Paiva, 2022).

Nesse sentido, o que impressiona é a capacidade de adaptação. Quando o Estado aumenta o controle, essas organizações ou pessoas mudam a rota. Por exemplo, quando determinado líder de um grupo criminoso é preso, outro assume. Quando uma estratégia deixa de funcionar, rapidamente ocorre uma reformulação. Segundo Pfrimer e Silva (2019), o narcotráfico transnacional opera em rede, o que garante flexibilidade e resistência diante das ações repressivas. Ainda, afirmam que as "Organizações criminosas modernas combinam hierarquia interna, flexibilidade em rede e articulação transnacional, o que amplia sua capacidade de adaptação frente às políticas repressivas" (Pfrimer; Silva, 2019).

[4] As cidades-gêmeas são definidas pela Portaria nº 213/2016 do Ministério da Integração Nacional como os municípios cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial, dotados de grande potencial de integração econômica e cultural com a localidade vizinha do país limítrofe e nos quais os problemas característicos da fronteira adquirem maior densidade (Brasil, 2016). Em Mato Grosso do Sul, enquadram-se nessa condição sete municípios: Ponta Porã (vizinha de Pedro Juan Caballero), Coronel Sapucaia (Capitán Bado), Paranhos (Ypejhú), Bela Vista (Bella Vista Norte), Porto Murtinho (Concepción e Carmelo Peralta) e Mundo Novo (Salto del Guairá), todos na fronteira com o Paraguai, além de Corumbá (Puerto Quijarro e Puerto Suárez), na divisa com a Bolívia.

Por fim, é fundamental entender o crime organizado não como um fenômeno isolado, pois este se conecta com a desigualdade, a fragilidade institucional, a falta de oportunidades e as falhas estruturais do Estado. Dessa forma, limitar o enfrentamento à repressão tende a simplificar um problema multidimensional, uma vez que o crime organizado apresenta estruturas complexas, capacidade de adaptação e atuação estratégica, demandando, portanto, respostas igualmente articuladas e abrangentes.

2.2 MERCADOS ILÍCITOS E TRÁFICO DE DROGAS

No ordenamento jurídico brasileiro, o tráfico de drogas é tipificado como crime pela Lei nº 11.343/2006, cujo artigo 33 abrange diversas condutas relacionadas à produção, circulação e comercialização de entorpecentes, com penas de cinco a quinze anos de reclusão, além de multa, podendo ser agravadas em casos de transnacionalidade ou envolvimento de organizações criminosas (Brasil, 2006).

Os mercados ilícitos guardam, de certa forma, semelhanças estruturais com os mercados formais. Embora operem à margem da lei, também precisam coordenar oferta e demanda, financiar operações, dividir funções e administrar riscos, estruturando cadeias de valor semelhantes às dos mercados legais (Rodrigues; Franchi; Paiva, 2024). A diferença decisiva está na regulação: sem o Estado para garantir contratos, recorrem à violência, à reputação e à confiança para cumprir o que, no mercado formal, cabe às instituições. Gemelli e Souza (2017) entendem o narcotráfico como uma cadeia de suprimentos ilegal, na qual cada etapa, da produção ao consumo, depende de articulação logística e coordenação entre diferentes atores. Ou seja, não é uma atividade improvisada, mas um sistema econômico paralelo.

A dinâmica desse mercado evidencia uma divisão internacional de funções, com países produtores, de trânsito e consumidores. O Brasil ocupa posição estratégica ao atuar simultaneamente como mercado consumidor e corredor de escoamento, especialmente para a cocaína e a pasta base destinadas à Europa e à África (Duarte; Cabral; Völz, 2025). Nessa engrenagem, Mato Grosso do Sul assume papel de destaque: por fazer divisa com o Paraguai e a Bolívia e com cinco estados brasileiros, o território funciona como plataforma de entrada e redistribuição de ilícitos, condição que o torna estratégico para a atuação de organizações

criminosas (Silva, 2022). Isso demonstra que o tráfico não é apenas um problema local, mas parte de uma engrenagem internacional. Segundo Pinho, Rodrigues e Zambon (2023), as rotas do tráfico não são fixas, mas dinâmicas, moldadas de acordo com oportunidades e pressões estatais.

Outro aspecto importante é que os mercados ilícitos se sustentam na desigualdade social. A base da cadeia costuma ser formada por pessoas em situação de vulnerabilidade, que entram no tráfico por necessidade econômica ou falta de alternativas. Rocha (2021) destaca que mulheres e adolescentes acabam ocupando funções de maior risco e menor remuneração, funcionando como peças facilmente substituíveis dentro da estrutura criminosa.

Paralelamente, a lógica econômica do tráfico inclui a lavagem de capitais, utilizando empresas de fachada, laranjas e transações fragmentadas, evidenciando a interconexão entre os mercados ilícitos e a economia formal (Dias; Paiva, 2022). A essa dinâmica soma-se a corrupção, vetor estruturante dos mercados ilícitos, em que o suborno de agentes públicos e a cooptação de instituições reduzem os riscos de repressão e viabilizam a passagem de cargas, funcionando menos como desvio pontual do que como engrenagem constitutiva da atividade, algo especialmente visível nas cidades de fronteira (Bezerra; Castiglioni, 2018; Martens *et al.*, 2022). Conforme Rodrigues, Franchi e Paiva (2024), tais mercados operam segundo racionalidades econômicas próprias, estruturando cadeias de valor e estratégias de atuação semelhantes às dos mercados legais.

No contexto da fronteira Brasil–Paraguai, essa dinâmica é ainda mais visível. A proximidade com áreas produtoras de maconha e as rotas consolidadas de entrada de cocaína fortalecem a posição estratégica da região dentro desse mercado ilegal. A fronteira funciona como ponto de conexão entre produção e distribuição, integrando o Brasil a uma rede transnacional de circulação de drogas (Machado, 2007; Marques, 2024).

Portanto, compreender o tráfico de drogas exige enxergá-lo como parte de um mercado ilícito estruturado, que responde a incentivos econômicos, se adapta às ações do Estado e se sustenta em vulnerabilidades sociais. Sem enfrentar essa lógica econômica e estrutural, qualquer política de combate tende a atingir apenas os efeitos visíveis, sem abordar as bases que suportam e mantêm tais sistemas ilícitos funcionando.

2.3 FRONTEIRAS E DINÂMICAS CRIMINAIS TRANSFRONTEIRIÇAS

As fronteiras internacionais, especialmente em regiões marcadas por intensa circulação e desigualdades estruturais[5], não podem ser compreendidas apenas como linhas geográficas de separação entre Estados. Antes de tratar das dinâmicas transfronteiriças, cabe distinguir dois conceitos frequentemente tomados como sinônimos. O limite é a linha jurídica que separa a soberania de dois Estados, resultado de acordos internacionais, de função demarcatória e orientada "para dentro". A fronteira, ao contrário, é uma zona de interação: um espaço social vivo, orientado "para fora", onde se dão a circulação, as trocas e os conflitos cotidianos (Machado, 1998). Neste trabalho, adota-se essa acepção de fronteira, não a de linha divisória, mas a de zona de contato e mobilidade, por ser a que permite compreender como fluxos legais e ilícitos coexistem e se entrelaçam no território. É essa condição zonal, e não o traçado do limite, que as redes criminosas exploram.

Na prática, elas funcionam como espaços sociais dinâmicos, onde fluxos legais e ilegais coexistem e se entrelaçam de forma contínua. No caso da fronteira entre Brasil e Paraguai, essa característica é ainda mais evidente: a mobilidade cotidiana de pessoas, mercadorias e capitais cria um ambiente no qual as atividades ilícitas se inserem e se camuflam no próprio funcionamento da vida fronteiriça. Como observa Machado (2007), a fronteira deve ser entendida como uma zona de interação, e não apenas de limite, o que explica por que redes criminosas transnacionais conseguem operar com relativa fluidez nesses territórios.

Nesse contexto, as dinâmicas criminais assumem caráter transfronteiriço, ou seja, ultrapassam as jurisdições nacionais e se organizam em redes que conectam diferentes países, rotas e mercados.

[5] Cabe precisar os termos empregados ao longo deste trabalho. Por desigualdades estruturais entendem-se as assimetrias historicamente constituídas na organização social e institucional, seja de classe, raça, gênero e território, que condicionam o acesso a direitos e oportunidades. Delas decorrem as desigualdades sociais, isto é, a distribuição desigual de renda, serviços e proteção entre grupos. A vulnerabilidade social, por sua vez, designa a condição concreta de indivíduos e grupos que, pela conjugação desses fatores, têm acesso reduzido a direitos e oportunidades e ficam mais expostos ao recrutamento pelo crime organizado (Oliveira, 2024; Rocha, 2021; Silva; Carneiro Filho; Preussler, 2019).

O tráfico de drogas é um exemplo claro desse fenômeno: a produção pode ocorrer em um país, o armazenamento em outro e a distribuição em vários destinos, formando uma cadeia que depende da permeabilidade das fronteiras para se manter ativa. Segundo Pfrimer e Silva (2019), o crime organizado transnacional se estrutura justamente a partir da exploração das assimetrias entre Estados, diferenças de fiscalização, legislação, capacidade institucional e condições socioeconômicas, que criam oportunidades para circulação ilícita e evasão do controle estatal.

Na fronteira Brasil–Paraguai, essas assimetrias são visíveis tanto na infraestrutura quanto na presença institucional desigual, favorecendo a consolidação de corredores logísticos clandestinos. Ao mapear as iniciativas legais e operacionais de segurança adotadas por Brasil e Paraguai, Ramos e Vaz (2024) evidenciam como a assimetria institucional entre os dois países dificulta a cooperação regional e amplia as brechas exploradas pelo crime organizado transnacional. É a partir dessas assimetrias que organizações como o PCC se projetaram das prisões brasileiras para as regiões de fronteira e para outros países da América do Sul, levando o Estado brasileiro a formular iniciativas específicas de contenção (Neves; Ludwig, 2022).

A criminalidade transfronteiriça, contudo, não se restringe ao tráfico de drogas. Ela abrange um conjunto de práticas interligadas, como o contrabando, o descaminho, a lavagem de dinheiro, o tráfico de armas e a circulação de pessoas a serviço das organizações criminosas, que se articulam e se reforçam mutuamente ao longo da fronteira. Dias e Paiva (2022) destacam que, em regiões de fronteira, o crime organizado tende a operar por meio de redes flexíveis, que atravessam territórios nacionais sem necessariamente se fixar em um único ponto, o que dificulta a atuação tradicional das forças de segurança, ainda estruturadas segundo limites estatais. Assim, enquanto o Estado atua de forma segmentada, o crime opera de forma integrada.

Além disso, a própria experiência social da fronteira contribui para a naturalização de práticas que facilitam a atuação criminosa. O comércio informal, o trânsito diário entre cidades-gêmeas e as relações familiares e econômicas que atravessam os dois países criam um cenário no qual a distinção entre legal e ilegal nem sempre é clara no cotidiano local. Figueira Sobrinho e Moraes (2019) destacam que na narrativa midiática sobre a fronteira Brasil-Paraguai essa ambiguidade social é explorada como se atividades ilícitas fizessem parte do "fluxo normal" da vida fronteiriça, o que pode reduzir a percepção de risco e contribuir para

a eficiência logística de redes criminosas. Nesse sentido, a criminalidade transfronteiriça se apoia não apenas em brechas territoriais, mas também em dinâmicas sociais próprias das áreas de fronteira.

Por fim, a compreensão das fronteiras como espaços de dinâmicas criminais transnacionais revela que estratégias puramente territoriais são insuficientes. Conforme Duarte, Cabral e Völz (2025), o crime organizado contemporâneo se estrutura em cadeias globais de circulação ilícita, nas quais as fronteiras funcionam como nós de conexão e não como barreiras efetivas. Dessa forma, a fronteira Brasil–Paraguai deve ser analisada como parte de um sistema transnacional mais amplo, cujos fluxos ilícitos se reorganizam continuamente consolidando a região como um dos principais corredores do tráfico de drogas no Cone Sul.

3 METODOLOGIA DO TRABALHO

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, baseada em uma revisão integrativa da literatura. A revisão integrativa é um método de pesquisa que reúne, avalia criticamente e sintetiza a produção científica existente sobre um tema, tendo como produto final o estado da arte do conhecimento e a identificação de lacunas que orientam investigações futuras (Souza; Silva; Carvalho, 2010). A escolha desse método se justifica pela necessidade de reunir diferentes estudos e perspectivas sobre o tráfico de drogas e o crime organizado, especialmente em contextos de fronteira, onde o fenômeno se manifesta de forma complexa e articulada em várias escalas.

A revisão priorizou produções acadêmicas e institucionais que abordam a fronteira Brasil–Paraguai, com ênfase no Mato Grosso do Sul, as organizações criminosas envolvidas no tráfico de drogas e suas estratégias logísticas. Para tanto, foram consultadas obras de referência, artigos científicos, relatórios oficiais de órgãos de segurança pública e estudos acadêmicos acessíveis por meio de bases de dados como Google Scholar, SciELO, Scopus, Web of Science e repositórios institucionais, sempre priorizando trabalhos que dialogassem diretamente com o recorte temático do trabalho e sem uma delimitação temporal definida.

A busca pelos estudos foi orientada por palavras-chave relacionadas ao tema, como “tráfico de drogas”, “organizações criminosas”, “crime organizado”, “logística”, “mercados ilícitos”, “fronteira Brasil–Paraguai” e “segurança pública”, combinadas por operadores booleanos (AND/

OR), com o objetivo de ampliar e refinar os resultados. Foram utilizadas estratégias de busca estruturadas em português e inglês, considerando a literatura nacional e internacional pertinente ao tema.

Utilizando a string de busca proposta nas bases já mencionadas, foram localizados 72 trabalhos, sendo 45 artigos científicos, 24 livros, 3 relatórios institucionais e trabalhos de conclusão de curso, além de obras bibliográficas especializadas consultadas em formato físico e em repositórios institucionais.

Os dados foram integrados, permitindo a retirada das duplicatas e, na sequência, a análise dos títulos e resumos, resultando em 33 trabalhos. Esse processo permitiu excluir textos que não dialogavam diretamente com o objeto da pesquisa ou que apresentavam apenas abordagens descritivas sem contribuição analítica para o tema proposto.

Na sequência, realizou-se a leitura completa dos trabalhos para verificar a aderência à temática e ao contexto do trabalho. A análise foi conduzida de forma interpretativa, com o intuito de identificar pontos de convergência e divergência entre os autores, bem como padrões recorrentes relacionados à fragilidade das fronteiras, à estrutura das organizações criminosas, aos mercados ilícitos, às rotas e estratégias de transporte de drogas e às respostas do Estado.

Como resultado final, 18 trabalhos foram selecionados e organizados em uma matriz de síntese com algumas dimensões visando subsidiar a análise e discussão dos resultados (Quadro 1 - Apêndice A). As dimensões sugeridas são: a) Foco Geopolítico, Nível de Análise e Causalidade; b) Atores Criminais e Sua Estrutura; c) Logística de Narcóticos e Dinâmica Operacional; d) Principais Contribuições; e e) Reflexões Finais e Sugestões para Políticas Públicas, sendo discutidas na próxima seção.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise a seguir organiza-se a partir das cinco dimensões que permitiram a elaboração da matriz de síntese construída na etapa metodológica, cada uma correspondendo a um eixo recorrente na literatura revisada. A primeira dimensão trata do foco geopolítico, do nível de análise e da causalidade, situando a fronteira sul-mato-grossense nas diferentes escalas em que o tráfico é estudado. A segunda dimensão examina os atores criminais e sua estrutura, com ênfase nas facções que operam na região. A terceira dimensão aborda a logística dos narcóticos e a dinâmica operacional, detalhando rotas, modais e estratégias de ocultação. Já a

quarta dimensão sistematiza as principais contribuições da literatura, reunindo os avanços analíticos do campo. Por fim, a quinta dimensão articula as reflexões finais e as sugestões para políticas públicas. Em cada uma das dimensões, a discussão busca identificar convergências e divergências entre os autores, evidenciando padrões e lacunas relevantes para a compreensão do fenômeno.

4.1 FOCO GEOPOLÍTICO, NÍVEL DE ANÁLISE E CAUSALIDADE

De acordo com o MJSP (2021, p. 170–172), o Arco Central da Faixa de Fronteira brasileira compreende os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, destacando-se, nessa região, a ocorrência de crimes como o tráfico de maconha e cocaína e o contrabando. No Mato Grosso do Sul, foram registradas expressivas ocorrências de apreensões, evidenciando a relevância da região no contexto dos ilícitos transfronteiriços. Nesse contexto, Bitencourt (2023) destaca que a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, no Mato Grosso do Sul, foi escolhida para a implantação da Fase I do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), iniciada em 2015 e concluída em 2021, em razão, entre outros fatores, da recorrência de crimes transfronteiriços e dos elevados índices de violência associados a essas práticas. Em 2021, o Projeto Piloto do SISFRON foi concluído na área de atuação da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada do Exército Brasileiro, localizada no município de Dourados, Mato Grosso do Sul.

A análise das dinâmicas fronteiriças varia conforme o enfoque adotado, podendo abranger tanto as relações políticas entre Brasil e Paraguai quanto as dinâmicas locais de cidades-gêmeas e pequenos municípios, que se mostram estratégicos para o funcionamento do crime (Silva; Gazola, 2024). Nessas cidades, em que a malha urbana de um país se conecta diretamente à do vizinho, como ocorre entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, a mobilidade na fronteira seca, a densidade populacional e as características urbanas favorecem a construção de estratégias por parte do crime organizado.

De modo geral, os estudos convergem ao apontar que a fronteira não se limita a uma divisão geográfica, mas constitui um espaço dinâmico, marcado pela intensa circulação de pessoas, mercadorias e interesses diversos (Martins, 2009). Nesse sentido, a região atua simultaneamente como área de passagem e de suporte logístico para atividades ilícitas.

Embora o foco principal dos artigos seja o Sul, a literatura também destaca o Arco Norte, onde a realidade amazônica impõe desafios diferentes: rios extensos, pistas clandestinas e maior vulnerabilidade devido ao isolamento geográfico (Marques, 2024; Dias; Paiva, 2022). Diferentemente dos arcos Sul e Central, ao Norte, não há rodovias consolidadas nem centros urbanos integrados: o transporte depende do ambiente fluvial e da dificuldade de fiscalização.

Outro ponto relevante refere-se ao fato de que o tráfico não se limita ao ponto de entrada no país. Diversos estudos indicam que a droga percorre corredores logísticos que conectam o Centro-Oeste aos portos da região Sudeste, especialmente ao porto de Santos, em São Paulo, principal porta de saída para o mercado internacional (Rodrigues; Franchi; Paiva, 2024; Pinho; Rodrigues; Zambon, 2023; Duarte; Cabral; Völz, 2025). Nesse sentido, o que muda é apenas a dinâmica e a estratégia de atuação dos traficantes.

Alguns autores ampliam ainda mais a perspectiva, analisando o Brasil como parte de uma rede internacional de produção e exportação de drogas (Pfrimer; Silva, 2019). O país não é só o destino final das drogas, mas também um ponto estratégico de passagem e distribuição para outros mercados. Essa visão ajuda a entender melhor o tráfico, mostrando que tais eventos nas cidades e nas fronteiras se conectam a redes mais amplas, dependentes de logística organizada e planejamento.

Adicionalmente, há estudos que se aprofundam no cotidiano de cidades específicas, analisando disputas locais, rotinas de violência e mudanças na vida das pessoas (Aquino, 2020; Martens *et al.*, 2022). Os estudos revelam detalhes que normalmente se perdem quando se analisa o panorama geral, mas que são essenciais para compreender como as redes criminosas continuam existindo e se adaptando.

A vulnerabilidade da fronteira Brasil–Paraguai decorre, portanto, da combinação de fatores geográficos, sociais e institucionais. Entre os geográficos, destacam-se a extensa faixa de fronteira seca, a multiplicidade de vias formais e informais de acesso e as estradas vicinais em áreas rurais de mata densa, que facilitam a camuflagem das operações. No plano social, pesam as desigualdades socioeconômicas, a vulnerabilidade das populações recrutadas para o transporte de drogas e as relações econômicas e familiares que cruzam cotidianamente a linha de fronteira. Entre os institucionais, sobressaem a baixa fiscalização, a escassez de recursos das forças de segurança, a corrupção de agentes públicos e a assimetria de legislação e de capacidade estatal entre os dois países. Essa

combinação favorece a consolidação de rotas ilícitas. Segundo Machado (2007), áreas extensas, de baixa densidade populacional e presença limitada do Estado acabam funcionando quase como um "corredor livre" para a passagem de produtos ilegais, pessoas e drogas.

No contexto geral, os estudos concordam que, para entender o tráfico de drogas, é preciso analisá-lo sob diferentes perspectivas. Isso é necessário visto que o problema se forma simultaneamente nas cidades, nos caminhos de circulação pelo país e nas conexões que ligam o Brasil a redes internacionais de tráfico de drogas.

4.2 ATORES CRIMINAIS E SUA ESTRUTURA

Com base na literatura analisada, observa-se que o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) dominam a criminalidade nas fronteiras e nos corredores do tráfico de drogas no Brasil. Essas organizações evoluíram de facções prisionais locais para estruturas transnacionais, capazes de controlar territórios, fluxos e redes de intermediários (Marques, 2024; Dias; Paiva, 2022; Gemelli; Souza, 2017), atuando na produção, no transporte e na distribuição de drogas. Esse processo foi acompanhado pela sofisticação das estratégias logísticas e financeiras e pela ampliação da articulação com atores em diferentes escalas. Como resultado, tais grupos passaram a influenciar diretamente a violência e as disputas territoriais, especialmente em áreas de fronteira marcadas por menor presença estatal e maiores oportunidades para o crime organizado.

As pesquisas também evidenciam uma relação direta e consistente entre o tráfico de drogas e a violência letal. Essa relação se manifesta por meio de disputas entre grupos rivais em municípios de pequeno e médio porte, execuções internas como forma de punição ou disciplina, além de ações violentas planejadas para demonstrar poder e impor controle territorial. Em muitos casos, a violência não surge como efeito colateral do tráfico, mas como instrumento estratégico de governança criminal, utilizado para garantir obediência, eliminar concorrentes e assegurar o funcionamento contínuo das rotas e pontos de venda (Pfrimer; Silva, 2019; Silva; Campos, 2023; Aquino, 2020).

Ainda, os estudos descrevem as facções de duas formas principais. Alguns autores as caracterizam como redes horizontais e flexíveis, divididas em "células" que se conectam por relações informais, como

acontece no PCC (Pfrimer; Silva, 2019; Rodrigues; Franchi; Paiva, 2024). Outros identificam um modelo mais "empresarial", com divisão de tarefas, especialização e lógica de mercado (Ferreira; Medeiros, 2020; Figueiredo, 2024).

Além disso, destaca-se a capacidade dessas facções de estabelecer conexões com agentes públicos e instituições, o que favorece a circulação de ilícitos e contribui para a redução dos riscos de repressão (Bezerra; Castiglioni, 2018; Martens *et al.*, 2022; Gemelli; Souza, 2017). Tal característica reforça a complexidade do fenômeno e sua inserção em dinâmicas institucionais mais amplas.

O tráfico de drogas ultrapassa o âmbito das facções e produz impactos significativos sobre as comunidades, ao intensificar a violência, expor adolescentes e mulheres a riscos e aprofundar desigualdades preexistentes. No plano social, essas desigualdades expressam-se no acesso desigual à renda, à educação, ao trabalho e aos serviços públicos, condição que empurra as populações mais vulneráveis para a base da cadeia criminosa, em funções de maior risco e menor remuneração. Essa vulnerabilização recai de forma desproporcional sobre mulheres e grupos racializados, reproduzindo, no âmbito criminal e prisional, as desigualdades estruturais discutidas na seção 2.2 (Silva; Carneiro Filho; Preussler, 2019). Esse conjunto de efeitos atinge de forma profunda as estruturas comunitárias e familiares.

No nível operacional, a base da cadeia criminosa é composta majoritariamente por indivíduos em situação de vulnerabilidade, como "mulas", adolescentes e mulheres, que ingressam nessas atividades por necessidade econômica ou ausência de alternativas, ocupando funções de alto risco e fácil substituição (Rocha, 2021; Batistote; Nepomuceno, 2016; Silva; Carneiro Filho; Preussler, 2019). Enquanto isso, os níveis superiores permanecem mais protegidos e distantes da execução direta. Ademais, a literatura registra modalidades que divergem da lógica do narcotráfico, como o chamado "Novo Cangaço", voltado a assaltos a bancos e carros-fortes, com domínio temporário de cidades e uso de armamento pesado (Aquino, 2020). Trata-se, contudo, de fenômeno de natureza patrimonial e alcance nacional, cujas ocorrências se concentram em outros estados; em Mato Grosso do Sul, figura mais como risco monitorado do que como padrão consolidado.

Os impactos dessas estruturas extrapolam o âmbito criminal, contribuindo para o aumento da violência letal, a intensificação da vulnerabilidade social e o agravamento das desigualdades, especialmente

em comunidades periféricas (Silva; Carneiro Filho; Preussler, 2019; Cerqueira; Bueno, 2023; FBSP, 2023).

De forma geral, os estudos evidenciam o crime organizado como um sistema adaptativo, estruturado em redes flexíveis que se reorganizam conforme oportunidades e pressões estatais. Essas organizações combinam três elementos centrais: (a) hierarquia com divisão funcional; (b) flexibilidade para atuação em rede; e (c) conexões ou infiltrações em instituições públicas, o que reforça sua resiliência frente às ações repressivas (Misse, 2011; Dias; Paiva, 2022).

4.3 LOGÍSTICA DE NARCÓTICOS E DINÂMICA OPERACIONAL

A logística do tráfico de drogas no Brasil varia conforme o tipo de substância ilícita e sua função na cadeia criminosa. A maconha, majoritariamente oriunda do Paraguai, destina-se ao mercado interno, em razão de seu menor valor agregado e maior consumo local, enquanto a cocaína e a pasta base, provenientes de países andinos, utilizam o território brasileiro como corredor estratégico para exportação, sobretudo para Europa e África (Gemelli; Souza, 2017; Martens *et al.*, 2022; Silva; Gazola, 2024).

Essa distinção envolve diferenças estruturais: o tráfico de maconha tende a operar com menor complexidade logística, ao passo que o de cocaína demanda maior sofisticação, incluindo financiamento, uso de tecnologia e controle rigoroso das rotas até os portos e aeroportos de saída (UNODC, 2010; Lessing, 2017; EMCDDA; EUROPOL, 2019). As rotas são dinâmicas e adaptáveis, variando conforme as pressões estatais e características regionais, com predominância de vias fluviais e aéreas na Amazônia e de rodovias e áreas rurais no Centro-Oeste e Sul (Marques, 2024; Dias; Paiva, 2022).

Na fronteira sul-mato-grossense, estradas vicinais e áreas rurais assumem papel estratégico, funcionando como corredores logísticos paralelos que conectam zonas de produção, armazenamento e distribuição às principais rotas nacionais. Fatores geográficos regionais, como mata densa, terrenos irregulares e baixa presença estatal, aliados à atividade agropecuária, favorecem a camuflagem das operações ilícitas, já que veículos utilizados no tráfico se confundem com o fluxo cotidiano de caminhões e automóveis rurais (Dias; Paiva, 2022; Marques, 2024).

Além disso, observa-se o envolvimento direto ou indireto de populações vulneráveis, frequentemente recrutadas ou coagidas para

atuar no transporte, o que amplia a complexidade social do fenômeno. Isso evidencia que o tráfico de drogas, além de estruturalmente violento, está frequentemente associado à vulnerabilidade social dos indivíduos e comunidades marginalizadas, que possuem acesso reduzido a direitos básicos e oportunidades econômicas, predispondo-os a situações de maior risco e exposição ao crime organizado (Oliveira, 2024). Nesse cenário, as organizações criminosas exploram essas vulnerabilidades ao estabelecer redes de intermediários, olheiros e informantes, além de pontos de apoio logístico em pequenas cidades, propriedades rurais e fazendas ao longo das rotas.

Dessa forma, enquanto corredores mais conhecidos, como a BR-163, concentram maior atenção das forças de segurança, as estradas vicinais funcionam como corredores logísticos paralelos, essenciais para conectar áreas de produção, armazenamento e distribuição às grandes rodovias e aos portos de exportação (Rodrigues; Franchi; Paiva, 2024). Para além da infraestrutura viária, a corrupção local, a escassez de recursos policiais e a limitada presença estatal em determinadas regiões contribuem para a manutenção desse fluxo ilícito. Como resultado, tais vias tornam-se cada vez mais atrativas aos traficantes, não apenas pela discrição, mas também pela eficiência no transporte de grandes volumes de entorpecentes (Pagliarini, 2024).

As estratégias de ocultação incluem o uso de compartimentos ocultos em veículos, a mistura com cargas lícitas e a camuflagem em áreas de mata ou propriedades rurais isoladas, técnicas que permitem aos carregamentos confundir-se com o fluxo cotidiano de caminhões e automóveis da região[6] (Batistote; Nepomuceno, 2016; Marques, 2024). No transporte em menor escala, destacam-se as chamadas "mulas", frequentemente recrutadas em contextos de vulnerabilidade (Rocha, 2021; Gemelli; Souza, 2017). Alguns estudos ressaltam que as rotas não devem ser compreendidas como trajetos fixos, mas como "jornadas" flexíveis, moldadas por improvisos, negociações, subornos e rearranjos constantes ao longo do percurso (Pinho; Rodrigues; Zambon, 2023).

[6] A literatura detalha algumas dessas técnicas: os fundos falsos e compartimentos adaptados em automóveis e caminhões; a mistura da droga a cargas de grãos e madeira que cruzam regularmente a fronteira; a ocultação temporária dos carregamentos em fazendas e pontos de apoio distribuídos ao longo das rotas; e o uso de veículos "batedores", que seguem à frente para monitorar a presença policial e alertar os transportadores.

Ao mesmo tempo, evidencia-se a diversificação das estratégias logísticas do crime organizado e sua capacidade de atuação simultânea em diferentes frentes, como no caso do "Novo Cangaço", caracterizado por deslocamentos rápidos, planejamento militarizado e emprego de violência extrema em ataques a instituições financeiras e confrontos diretos com forças policiais (Aquino, 2020).

No âmbito estatal, o SISFRON representa avanço no controle territorial transfronteiriço, ao integrar tecnologias e promover atuação coordenada entre órgãos de segurança. Contudo, limitações estruturais e a extensão da fronteira dificultam sua plena efetividade, indicando que o enfrentamento do tráfico exige não apenas repressão, mas políticas integradas que considerem fatores territoriais, institucionais e socioeconômicos (Bitencourt, 2023; MJSP, 2021, p. 170–172).

4.4 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

A literatura sobre o tráfico de drogas apresenta um conjunto consistente de contribuições que podem ser organizadas em grandes eixos analíticos. Os eixos a seguir sintetizam o que os estudos analisados apontam como principais avanços do campo.

O primeiro eixo refere-se à mudança na abordagem geográfica do fenômeno. Segundo os estudos revisados, o tráfico deixou de ser compreendido apenas como atividade restrita às "fronteiras" nacionais e passou a ser analisado como uma rede complexa, estruturada em corredores logísticos e em uma cadeia de suprimentos ilegal (Gemelli; Souza, 2017; Rodrigues; Franchi; Paiva, 2024). Essa mudança de perspectiva rompe com a visão da fronteira como uma linha fixa e destaca sua função como espaço dinâmico de circulação e articulação territorial do crime.

Ao tratar o tráfico de drogas como uma "cadeia de suprimentos ilegal", os estudos possibilitam identificar com maior precisão os pontos de vulnerabilidade do sistema, os nós estratégicos da rede e os diferentes papéis desempenhados por indivíduos, grupos e regiões ao longo do percurso. Essa abordagem evidencia que a fronteira não é um ponto isolado, mas parte de um sistema mais amplo que envolve produção, transporte, armazenamento, distribuição e consumo, o que amplia as possibilidades analíticas e de formulação de políticas públicas (Pinho; Rodrigues; Zambon, 2023; Gemelli; Souza, 2017).

O segundo eixo de contribuição concentra-se na capacidade do Estado, no uso de tecnologias de monitoramento e na cooperação entre

instituições de segurança. Parte da literatura destaca iniciativas como o SISFRON como um avanço no controle territorial (Bitencourt, 2023). Outros trabalhos ressaltam limitações estruturais persistentes, como a escassez de recursos, a fragmentação institucional e a dificuldade de coordenação entre os diferentes níveis governamentais (Figueiredo, 2024). Esses estudos indicam que a tecnologia, isoladamente, não resolve o problema sem integração institucional efetiva.

O terceiro eixo trata da governança criminal e da relação ambígua entre Estado e organizações criminosas. A literatura demonstra que o crescimento do tráfico não decorre apenas da ausência do poder público, mas também de sua presença seletiva, que cria espaços de tolerância, negociação ou omissão. Nesse sentido, as facções criminosas se adaptam às dinâmicas estatais, explorando brechas institucionais, relações informais e desigualdades territoriais para consolidar seu controle sobre rotas e mercados ilícitos (Bezerra; Castiglioni, 2018; Dias; Paiva, 2022).

O quarto eixo enfatiza os impactos humanos e sociais do tráfico de drogas, deslocando a análise do campo estritamente repressivo para uma perspectiva social e estrutural. Os estudos destacam como o tráfico se sustenta por meio da exploração de populações vulneráveis, envolvendo adolescentes, mulheres e grupos racializados em funções de maior risco e menor retorno econômico, o que reforça ciclos de violência, encarceramento e exclusão social (Silva; Carneiro Filho; Preussler, 2019; Rocha, 2021). Essa abordagem evidencia que o tráfico é também um fenômeno social, profundamente ligado às desigualdades históricas.

Além desses quatro eixos principais, parte da literatura dedica-se à análise do chamado "Novo Cangaço", caracterizado por ações violentas, rápidas e altamente visíveis, como ataques a instituições financeiras e ocupações temporárias de cidades. Esses estudos demonstram que, embora esse tipo de atuação seja episódico, ele revela elevado grau de organização, capacidade logística e forte impacto simbólico sobre o território e a população local (Aquino, 2020).

Por fim, alguns trabalhos analisam o Brasil no contexto internacional do tráfico de drogas, destacando uma mudança relevante em seu papel na dinâmica global. O país deixou de ser apenas um território de passagem e passou a ocupar uma posição estratégica na logística do tráfico, seja como mercado consumidor, seja como espaço de armazenamento e redistribuição para outros continentes. Essa transformação amplia a complexidade do fenômeno e exige respostas que considerem a dimensão transnacional do crime organizado (Duarte; Cabral; Völz, 2025).

4.5 REFLEXÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir dos estudos analisados, torna-se possível sistematizar algumas direções para políticas públicas recorrentemente apontadas pela literatura. Os estudos sugerem que a atuação estatal tende a ser mais efetiva quando associa a integração entre os órgãos de segurança à continuidade dos projetos tecnológicos de vigilância da fronteira. A integração, nesse sentido, envolve ações como o compartilhamento de informações entre as polícias e os órgãos de fiscalização, as operações interinstitucionais coordenadas e a articulação entre os níveis federal, estadual e municipal. Os projetos tecnológicos, por sua vez, incluem sistemas como o SISFRON, que integra radares, sensores e comunicações na faixa de fronteira[7]. Percebe-se, todavia, que a instalação de equipamentos produz efeito limitado se não vier acompanhada de coordenação institucional e da sustentação dos projetos no longo prazo.

Por outro lado, pesquisas indicam que políticas focadas apenas em "vigiar a linha da fronteira" não atingem o resultado esperado. O foco precisa mudar para os fluxos de transporte, rotas que mudam constantemente, portos e, principalmente, para o acompanhamento do dinheiro, uma vez que rastrear como ele circula e para onde vai costuma ser mais eficaz do que apenas levantar barreiras físicas (Rodrigues; Franchi; Paiva, 2024; Pinho; Rodrigues; Zambon, 2023). Em outras palavras, a atuação deve ir além de cercas e radares: é preciso entender toda a rede do tráfico e cortar os recursos que viabilizam a sua operação.

Outro ponto importante é o enfrentamento à infiltração do crime dentro do próprio Estado, assim como a evolução dos mecanismos de controle interno. As facções se aproveitam dessas brechas para operar e se proteger, visto que sem reforço na fiscalização e redução da corrupção torna-se difícil conter o tráfico (Martens *et al.*, 2022).

[7] No plano federal, essa articulação se materializa em iniciativas como o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), instituído em 2016, e os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF), além de operações integradas como a Operação Ágata, coordenada pelas Forças Armadas, e o Programa VIGIA, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Também há conclusões voltadas às políticas sociais. Alguns estudos indicam que é preciso combater o recrutamento de "mulas", investir na redução da vulnerabilidade de mulheres e adolescentes e repensar o modelo punitivo, que prende muitas pessoas sem reduzir efetivamente o crime (Silva; Carneiro Filho; Preussler, 2019; Rocha, 2021). Ou seja, é fundamental agir na prevenção e no suporte social, e não apenas na repressão. Nesse sentido, a literatura destaca que é preciso romper o vínculo entre prisão e fronteira, já que grande parte da coordenação das facções ainda ocorre dentro do sistema prisional (Dias; Paiva, 2022). Não basta prender os líderes, pois grande parte da organização e das estratégias das facções continua acontecendo de dentro das prisões. Dessa forma, é preciso pensar em medidas que vão além do cárcere.

No plano internacional, os estudos apontam que a cooperação entre os países da região tende a produzir resultados mais consistentes quando assume caráter permanente, e não pontual (Ferreira; Medeiros, 2020; Marques, 2024). Dessa forma, a mera formalização de acordos mostra-se insuficiente diante do caráter transnacional das organizações criminosas, que exploram as diferenças de fiscalização e de legislação entre os Estados, o que sugere a importância de ações conjuntas e contínuas no enfrentamento ao tráfico e ao crime organizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, de natureza qualitativa e baseado em uma revisão integrativa da literatura, procurou sistematizar o que a produção acadêmica revela sobre a fronteira entre Brasil e Paraguai, especialmente no Mato Grosso do Sul. A literatura revisada converge ao caracterizar a fronteira não como uma simples linha divisória entre dois países, mas como um espaço estratégico para o tráfico de drogas, estruturado em rotas, pontos de apoio e formas organizadas de atuação. Nesse cenário, os estudos analisados destacam organizações como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), que atuam de maneira ao mesmo tempo estruturada e flexível, explorando as falhas de fiscalização e, em alguns casos, a colaboração indireta ou a omissão de agentes e instituições locais. Segundo essa produção, tais dinâmicas afetam diretamente a segurança pública e o cotidiano das comunidades fronteiriças.

A revisão evidencia, ainda, que a vulnerabilidade dessa fronteira não decorre apenas de fatores geográficos, mas da combinação destes

com condições sociais e institucionais. A presença limitada do Estado em algumas áreas, somada às desigualdades econômicas, à falta de oportunidades e à facilidade de circulação entre os dois países, cria um ambiente favorável para o fortalecimento do crime organizado. O tráfico se adapta rápido a esse cenário, usando estradas vicinais, áreas rurais, pessoas com vulnerabilidade socioeconômica, empresas de fachada e até tecnologias de comunicação para escapar da fiscalização e evitar ações policiais.

Quanto às respostas ao fenômeno, a literatura analisada sugere que políticas centradas apenas em barreiras físicas e operações pontuais tendem a alcançar resultados limitados. Os estudos indicam maior efetividade quando há integração entre os órgãos de segurança, com compartilhamento de informações, ações de inteligência e acompanhamento tanto dos fluxos de drogas quanto dos fluxos financeiros. Parte da produção acrescenta a importância de reforçar a fiscalização interna e de investir em prevenção social, sobretudo voltada à proteção de mulheres, adolescentes e comunidades mais expostas ao aliciamento criminoso.

No plano internacional, os estudos apontam que a cooperação entre os países da região tende a produzir resultados mais consistentes quando assume caráter permanente, e não pontual, uma vez que as organizações criminosas operam de forma transnacional e exploram as diferenças de fiscalização e de legislação entre os Estados.

Em resumo, a literatura revisada trata o tráfico de drogas na fronteira como um fenômeno complexo, logístico e transnacional, cuja compreensão exige articular dimensões territoriais, sociais e institucionais. Por se tratar de uma revisão integrativa, este trabalho limita-se a sistematizar e a colocar em diálogo o conhecimento já produzido, o que constitui tanto sua contribuição quanto seu limite. Como agenda de pesquisa, os próprios estudos analisados sugerem a necessidade de investigações empíricas que aprofundem, com dados primários, aspectos ainda pouco explorados, como a dinâmica financeira das redes e a realidade do lado paraguaio da fronteira, de modo a subsidiar políticas públicas mais bem fundamentadas.

6 DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Os autores declaram, nos termos da Portaria nº 2.664/2026 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq),

o uso da ferramenta de Inteligência Artificial Generativa na fase de redação, com a finalidade de revisão linguística e refinamento textual, assumindo integral responsabilidade pelo conteúdo final do manuscrito.

7 REFERÊNCIAS

AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. Violência e performance no chamado "novo cangaço": cidades sitiadas, uso de explosivos e ataques a policiais em assaltos contra bancos no Brasil. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 615-643, 2020.

BATISTOTE, José Ricardo; NEPOMUCENO, Daniel Augusto. Tráfico de drogas, crime organizado e a relação com as pessoas chamadas de "mulas" no transporte de ilícitos na fronteira do Mato Grosso do Sul e países vizinhos. In: **Congresso Internacional de Direitos Humanos**. 2016. Disponível em: https://www.idesf.org.br/old/assets/uploads/anexos/mulas.pdf. Acesso em: 28 set. 2026.

BEZERRA, Marcelo Moriconi; CASTIGLIONI, Carlos Anibal Peris. Análisis sobre el tráfico de drogas en la ciudad de Pedro Juan Caballero. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**. v. 3, n. 9, marzo 2018.

BITENCOURT, Jackson Batista. A eficiência da SISFRON no combate ao crime na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 07 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 20 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista as cidades brasileiras que se enquadram nessa condição. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 jul. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/marco-legal/portaria-no-213-de-19-de-julho-de-2016

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023.

DIAS, Camila Nunes; PAIVA, Luiz Fábio S. Facções prisionais em dois territórios fronteiriços. **Tempo Social**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 217-238, 2022.

DUARTE, Tiaraju Salin; CABRAL, Samuel de Jesus; VÖLZ, Josué Kuhn. Sistema Territorial do Tráfico de Drogas e as Plataformas de Exportação: Uma análise dos Portos Brasileiros na Dinâmica do Tráfico Internacional de Cocaína (2012-2022). **Brazilian Geographical Journal**, Ituiutaba, v. 16, n. 1, p. 128–141, 2025.

EMCDDA; EUROPOL. **EU drug markets report 2019**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2019. Disponível em: https://www.drugsandalcohol.ie/31354/1/EU%20drug%20markets%20report%202019.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MEDEIROS, Juliana Leite. Cooperação Militar contra o Crime Organizado: Brasil e Paraguai no combate ao narcotráfico (1988 – 2017). **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, 2020.

FIGUEIRA SOBRINHO, Nelson; MORAES, Denise Rosana da Silva. "1.300 quilômetros abertos ao tráfico": a fronteira Brasil-Paraguai sob a ótica de Veja adotada no caderno especial "Crime". **Fronteiras**, v. 21, n. 37, p. 104–125, 2019. DOI: https://doi.org/10.30612/frh.v21i37.10137.

FIGUEIREDO, Vinícius de Oliveira. Cooperação entre a Polícia Rodoviária Federal e as demais forças de segurança do município de Campo Grande-MS no combate ao tráfico de drogas. **Revista (RE)Definições das Fronteiras**, Foz do Iguaçu, v. 2, n. 8, p. 166-178, 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

GEMELLI, Vanderleia; SOUZA, Edson Belo Clemente de. Fronteira Brasil/Paraguai e as redes de drogas ilícitas. **Revista da ANPEGE**, v. 8, n. 10, p. 101-113, ago./dez. 2017.

LESSING, Benjamin. **Making peace in drug wars**: crackdowns and cartels in Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques et al. (org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

MACHADO, Lia Osório. Região, fronteiras e redes ilegais: estratégias territoriais na Amazônia Sul-Americana. **Revista Italiana di Geopolitica-Quaderni Speciali**, Supplemento al, n. 3, 2007.

MARQUES, Lemes. A agenda de defesa brasileira no Trapézio Amazônico: o combate ao narcotráfico e às redes de crime organizado na região. **Revista Perspectiva: Reflexões sobre a Temática Internacional**, v. 16, n. 30, 2024.

MARTENS, Juan; ORREGO, Roque Arnaldo; VILLALBA, Ever; VELOSO, Ricardo; GONZÁLEZ, Luís; DELGADO, Francisco. Entre el terror y la acumulación social del miedo: Gobernanza criminal en tres ciudades fronterizas de Paraguay con Argentina y Brasil. **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 2022.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e aproximações. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13–25, 2011.

MJSP. **Relatório anual 2021 do Conselho Nacional de Combate à Pirataria**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/combate-a-pirataria/relatorio-anual/relatorio-anual_final_-2021-editorado.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

NEVES, Alex Jorge das; LUDWIG, Fernando José. A expansão das organizações criminosas nas fronteiras da América do Sul e as iniciativas do Estado brasileiro. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 16, n. 55, p. 1-24, 2022.

OLIVEIRA, Ricardo Gonçalves Vaz de. **Vulnerabilidade social e prisões por tráfico de drogas**: um estudo sobre as decisões judiciais nas audiências de custódia em Manaus-AM e Fortaleza-CE. 2024. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2024. DOI: https://doi.org/10.11606/T.22.2024.tde-11112024-090302.

PAGLIARINI, Stephanie. **Logística de distribuição de drogas ilícitas no Brasil**: uma revisão sistemática da literatura. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Logística) — Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Bento Gonçalves. 2024. Disponível em: https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/2059. Acesso em: 12 set. 2025.

PFRIMER, Matheus; SILVA, Marcos Vinicius. Cadeia logística do tráfico de cocaína e espacialidade dos conflitos armados irregulares na América do Sul. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, 2019.

PINHO, Isabela Vianna; RODRIGUES, Fernando de Jesus; ZAMBON, Gregório. NAVEGAR É PRECISO: As jornadas da cocaína e a expansão das facções pelo Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 42, n. 1, p. 41–58, jan./abr. 2023. DOI: https://doi.org/10.25091/S01013300202300010003.

RAMOS, Carlos Eduardo de Franciscis; VAZ, Luísa Guimarães. Mapeamento das iniciativas sobre segurança na fronteira do Brasil e do Paraguai. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 10, n. 2, 2024. DOI: https://doi.org/10.26792/rbed.v10i2.75354.

ROCHA, Andrea Pires. Narrativas de adolescentes explorados como "mulas" do narcotráfico proveniente da fronteira Brasil–Paraguai. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, n. 25, p. 367-393, edição especial, 2021.

RODRIGUES, Lucas Barreto; FRANCHI, Tássio; PAIVA, Ana Luiza Bravo e. Da fronteira ao litoral: a dinâmica terrestre do narcotráfico de cocaína no Brasil em 2022. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 12, n. 24, p. 323–352, 2024.

SILVA, Gabriel Yuji Kuwamoto; CAMPOS, Marcelo da Silveira. Morte e vida fronteiriça: drogas e homicídios na região de fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai (2015-2019). **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 12, p. 29401-29421, 2023. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.16n.12-023.

SILVA, Luzia Bernardes da; CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; PREUSSLER, Gustavo de Souza. O Aumento Do Encarceramento Feminino No Mato Grosso Do Sul: Impactos Da Crise Econômica Brasileira E Do Tráfico De Drogas Na Fronteira. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 8, n. 2, p. 213–226, 2019. DOI: https://doi.org/10.17564/2316-3801.2019v8n2p213-226.

SILVA, Marcos Rodrigo Acosta da; GAZOLA, Eduardo Cesar. Proliferação do crime organizado na fronteira brasil x paraguai: um estudo de caso. **Revista (RE)Definições das Fronteiras**, [S. l.], v. 2, n. 9, p. 140–152, 2024. DOI: https://doi.org/10.59731/rdf.v2i9.124.

SILVA, Wagner Ferreira da. **Mato Grosso do Sul**: fronteira estratégica para o crime organizado. Foz do Iguaçu: IDESF, 2022. Disponível em: https://www.idesf.org.br/2022/07/01/mato-grosso-do-sul-fronteira-estrategica-para-o-crime-organizado/. Acesso em: 10 set. 2026.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

UNODC. **The globalization of crime**: a transnational organized crime threat assessment. Vienna: United Nations, 2010. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/TOCTA_Report_2010_low_res.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

APÊNDICE A

Quadro 1 - Matriz de síntese resultante da revisão integrativa

Referência	a) Foco Geopolítico, Nível de Análise e Causalidade	b) Atores Criminais e Sua Estrutura	c) Logística de Narcóticos e Dinâmica Operacional	d) Principais Contribuições	e) Reflexões Finais e Sugestões para Políticas Públicas
Marques (2024)	Foco na Tríplice Fronteira Amazônica (Tabatinga/BR, Letícia/COL, Santa Rosa/PER) e no Trapézio Amazônico, com análise transnacional das vulnerabilidades regionais e da agenda de defesa brasileira.	Menciona redes criminosas de alcance global, facções brasileiras como PCC, CV, FDN, e cartéis colombianos, destacando sua capacidade de articular o narcotráfico globalmente e estabelecer alianças com grupos de crimes ambientais.	Descreve a cocaína como principal droga, originária de Peru e Colômbia; a logística se dá por rotas fluviais (Rio Solimões) e aéreas/terrestres clandestinas, aproveitando a densa floresta para esconder laboratórios e camuflar a droga.	Analisar a dinâmica do narcotráfico no Trapézio Amazônico e avaliar a atuação das forças de segurança brasileiras na repressão às atividades ilegais na região.	A fragilidade institucional e a presença das facções exigem uma abordagem integrada, fortalecendo a presença estatal, a cooperação internacional e combatendo a corrupção e a lavagem de dinheiro.
Bitencourt (2023)	O foco geográfico é a faixa de fronteira terrestre entre o Brasil e o Paraguai, com ênfase na região do Mato Grosso do Sul, realizando uma análise no nível estratégico nacional sobre a segurança fronteiriça.	O artigo aborda genericamente organizações criminosas transnacionais e grupos especializados em crimes de fronteira, sem detalhar a estrutura interna, hierarquia ou financiamento de grupos específicos.	Não declarado	A principal contribuição é avaliar como o SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras) atua como ferramenta tecnológica e de interoperabilidade para aprimorar a capacidade de defesa e segurança na fronteira.	Conclui-se que o SISFRON exige continuidade de investimentos e integração com outras agências (interagências) para maximizar o combate ao crime organizado e aprimorar a defesa e segurança nacional na fronteira.
Bezerra e Castiglioni (2018)	O foco geográfico é a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, fronteiriça com Ponta Porã (Brasil), e a análise é de nível local/ transnacional, descrevendo o ecossistema da criminalidade na fronteira e a atuação de grupos brasileiros.	Caracteriza atores como PCC e Comando Rojo (CR) em disputa pelo território, mas foca na estrutura de um "orden clandestino" local que envolve uma complexa rede de políticos, policiais, juízes, defensores e campesinos.	A logística e o *modus operandi* são indiretamente descritos, focando na produção de maconha (*Cannabis sativa*) na região para o mercado brasileiro, uso de pistas de pouso clandestinas, e a proteção/liberação policial e judicial de carregamentos e narcotraficantes	O trabalho refuta a tese da "ausência de Estado" e contribui ao analisar a expansão do narcotráfico em Pedro Juan Caballero como um "cluster of order" ou "orden clandestino" fomentado por atores legais, criando regras e autoridades alternativas aceitas socialmente.	Conclui que a violência e a ilegalidade na fronteira se ressignificam para ordenar a convivência e cumprir expectativas sociais (emprego, mobilidade), implicando que a resposta estatal tradicional é ineficaz porque o próprio Estado faz parte da estrutura ilegal.

Referência	a) Foco Geopolítico, Nível de Análise e Causalidade	b) Atores Criminais e Sua Estrutura	c) Logística de Narcóticos e Dinâmica Operacional	d) Principais Contribuições	e) Reflexões Finais e Sugestões para Políticas Públicas
Pfrimer e Silva (2019)	O horizonte é a América do Sul (2010 a 2015), com foco na relação entre a cadeia logística da cocaína e a ocorrência de conflitos armados irregulares. A análise é de nível municipal, visando espacializar os nodos da rede do narcotráfico.	O artigo caracteriza o narcotráfico como uma rede que financia a criminalidade transnacional e guerras irregulares na região, detalhando a rede em quatro nodos funcionais: produção, transporte, distribuição e comercialização. A estrutura é implícita na tipologia da rede (nodos).	Analisa a cadeia produtiva da cocaína (folha, pasta base e cloridrato). Descreve que a fase de transporte internacional (pasta base) usa modal aéreo, com poucos conflitos, enquanto o transporte local (refino/revenda) utiliza modal terrestre, sendo um ponto fulcral de conflitos.	A principal contribuição é verificar a correlação moderada entre conflitos armados irregulares e os diferentes nodos da cadeia logística da cocaína, especialmente na fase de transporte/distribuição local da pasta base. O artigo também tipifica a funcionalidade dos nodos da rede narcotraficante.	Conclui que o tráfico de cocaína explica parcialmente a ocorrência de conflitos mais letais em pontos de distribuição, onde grupos disputam controle territorial. A implicação é que estratégias de segurança devem focar nos corredores locais de transporte e pontos de distribuição.
Figueiredo (2024)	O foco é o estado de Mato Grosso do Sul (rota de tráfico com Paraguai e Bolívia) e a análise é no nível local (Campo Grande-MS/Delegacia da PRF) e regional (Superintendência da PRF-MS).	O artigo trata do narcotráfico como o principal crime transnacional, mencionando que as organizações criminosas atuam em rede, são sofisticadas, hierárquicas e possuem grande poder financeiro, inclusive para corrupção.	O Mato Grosso do Sul é caracterizado como um 'grande corredor' de tráfico. O estudo foca em apreensões de cocaína, maconha (incluindo Skunk), Crack e Haxixe, mas a análise logística se concentra na sofisticação da distribuição da cocaína de alto valor	Demonstrar o aumento exponencial no volume de apreensões de cocaína e maconha pela PRF em Campo Grande em 2022 e analisar a contribuição das ações cooperadas para este resultado.	A integração policial é crucial, mas ainda um desafio por questões de jurisdição e cultura. Implicações incluem a necessidade de maior investimento, capacitação conjunta e uso aprimorado de inteligência e tecnologia para superar a falta de integração.
Ferreira e Medeiros (2020)	O foco é a fronteira Brasil–Paraguai, estendendo-se por Mato Grosso do Sul (MS) e Paraná (PR), incluindo as cidades-gêmeas de Foz do Iguaçu/Ciudad del Este e Ponta Porã/Pedro Juan Caballero. A análise é de nível binacional, centrada na política de defesa e segurança.	O artigo trata do Crime Organizado Transnacional como uma 'nova ameaça' à segurança internacional, caracterizado por sua estrutura em rede e lógica empresarial, com alto poder lucrativo (US$ 870 bilhões/ano globalmente).	O texto indica que a fronteira Brasil–Paraguai é a rota mais tradicional do tráfico de drogas na América do Sul, sendo um ponto crítico de atuação da criminalidade. A análise foca no combate militar e nas apreensões (ações pontuais) de narcotráfico, em detrimento da logística detalhada.	Descrever a evolução da cooperação militar brasileiro-paraguaia (1988-2017) no combate ao narcotráfico e identificar o foco das ações no intercâmbio de informações, operações conjuntas pontuais, treinamento e desenvolvimento de tecnologia (SISFRON).	Conclui que a cooperação, embora importante, avança a passos lentos, persistindo a dificuldade em transformar acordos em políticas públicas unívocas; o apoio das Forças Armadas é fundamental para a segurança pública na fronteira.

Referência	a) Foco Geopolítico, Nível de Análise e Causalidade	b) Atores Criminais e Sua Estrutura	c) Logística de Narcóticos e Dinâmica Operacional	d) Principais Contribuições	e) Reflexões Finais e Sugestões para Políticas Públicas
Rodrigues, Franchi e Paiva (2024)	O foco é a cadeia de suprimentos da cocaína dentro do Brasil. A análise abrange desde a fronteira (principalmente Sul/Centro-Oeste e Acre/Amazonas) até o litoral (portos do Sudeste e Nordeste). O nível de análise é nacional, detalhando os corredores logísticos terrestres.	O artigo analisa o Crime Organizado Transnacional com foco nas suas redes logísticas. Os grupos são caracterizados por sua estrutura em rede e capacidade de usar a infraestrutura legal (estradas, portos, modais de transporte) para a movimentação da droga.	O estudo detalha a logística terrestre da cocaína, identificando dois principais eixos de entrada e escoamento no Brasil: Eixo Amazônico e Eixo Fronteira Sul/ Centro-Oeste, com foco no Porto de Santos (SP). A dinâmica é marcada pela diversificação de rotas e modais.	A principal contribuição é a identificação e mapeamento dos corredores logísticos da cocaína no Brasil em 2022, evidenciando a migração do foco da repressão nas fronteiras para a necessidade de combate nos eixos de transporte internos e nos portos de exportação.	Conclui que o combate ao narcotráfico deve migrar da ênfase na segurança de fronteira estática para a vigilância de eixos logísticos dinâmicos, exigindo o aprofundamento da cooperação entre os estados e o uso de inteligência e tecnologia para a desarticulação das rotas.
Martens *et al.* (2022)	O foco geopolítico é transnacional/ local, abrangendo as cidades paraguaias de Ciudad del Este, Saltos del Guairá e Pilar, que fazem fronteira com Brasil e Argentina, analisando a governança criminal local.	Os atores são grupos brasileiros (PCC, CV), clãs familiares paraguaios e máfias estrangeiras, cuja estrutura é marcada pela infiltração institucional, uso de fachadas comerciais lícitas e articulação em redes hegemônicas de poder.	A logística foca no tráfico de maconha (cultivo) e cocaína (recepção andina), usando rotas rodoviárias e fluviais (Rios Paraná e Paraguai), com ocultação difusa em "negócios fronteiriços" tolerados e infiltrados institucionalmente.	A principal contribuição é a análise comparativa da governança criminal em três cidades fronteiriças paraguaias, caracterizando os grupos criminais e suas estratégias de incidência sobre a população e as instituições estatais.	O artigo implica que a segurança pública deve ir além da repressão, focando no desmantelamento das redes de poder hegemônicas que sustentam a impunidade e a infiltração institucional, combatendo o terror e medo social.
Dias e Paiva (2022)	O foco é transnacional/ comparativo, abrangendo as fronteiras Brasil–Paraguai (Ponta Porã/Pedro Juan Caballero) e Brasil-Peru-Colômbia (Alto Solimões/ Tabatinga), analisando a reconfiguração criminal em nível local e internacional.	Os atores são as facções brasileiras PCC, CV e FDN, originadas em prisões, buscando hegemonia nas rotas internacionais e articulando o cárcere, periferia (varejo) e fronteiras (atacado), desmantelando o poder de grupos familiares tradicionais.	Foco em cocaína (andina) e maconha, com o Brasil como país de trânsito e destino; a logística varia (fluvial na Amazônia para FDN e terrestre/ portuária no Sul/Sudeste); a operacionalidade exige adaptação e envolve o transporte de grandes volumes (cargas de 100 a 400 kg).	O principal é a análise comparativa de como facções de base prisional, como PCC e FDN, se tornaram protagonistas no tráfico transnacional de cocaína, conectando as dinâmicas prisionais aos mercados ilícitos internacionais de fronteira.	A conclusão é que a prisão é central para a reconfiguração criminal, exigindo que as políticas de segurança pública abordem o crime como experiência transfronteiriça, focando na desarticulação da rede cárcere-fronteiras-centros urbanos.

Referência	a) Foco Geopolítico, Nível de Análise e Causalidade	b) Atores Criminais e Sua Estrutura	c) Logística de Narcóticos e Dinâmica Operacional	d) Principais Contribuições	e) Reflexões Finais e Sugestões para Políticas Públicas
Gemelli e Souza (2017)	O foco é a dinâmica transnacional da fronteira Brasil/Paraguai, incluindo as áreas do Paraná e Mato Grosso do Sul, com análise multinível (local, regional, nacional e internacional) dos fluxos ilícitos.	Os atores são caracterizados pela dicotomia dos circuitos superior (grandes chefes brasileiros, coordenação e financiamento internacional) e inferior (cultivo e transporte local) do tráfico, mencionando facções como CV e PCC.	O fluxo envolve maconha (produção paraguaia) e cocaína/crack (trânsito de países andinos), utilizando a fronteira seca e o Lago de Itaipu; o *modus operandi* inclui transporte por carretas, barcos e o contrabando "formiga", com constante adaptação de rotas.	Analisar a dinâmica da fronteira Brasil/Paraguai pelos fluxos de drogas ilícitas e demonstrar a formação e relevância das redes geográficas ilegais como categoria de interpretação da atividade.	A repressão é dificultada por ações estatais fragmentadas e falta de integração bilateral; sugere-se a criação de novas estratégias, ações conjuntas e foco na redução da demanda (usuário).
Silva e Campos (2023)	O foco é local/transnacional na fronteira seca Brasil–Paraguai, especificamente nos seis pares de cidades-gêmeas do Mato Grosso do Sul, com análise da violência transfronteiriça e da estruturação das sociabilidades criminais.	O artigo analisa a violência associada ao tráfico/contrabando de drogas, mencionando "acertos de conta", pistoleiros e a disputa de facções (PCC) pelo monopólio do comércio de drogas, mas não detalha exaustivamente a estrutura dos grupos em si.	A logística foca no nexo drogas/homicídios, tratando o tráfico e contrabando indistintamente como ilegalismos que geram violência seletiva (acertos de conta) e instrumental, e não aleatória, sem detalhar rotas ou tipos de drogas.	A principal contribuição é a proposição de uma "sociologia da violência transfronteiriça" para analisar as sociabilidades violentas e transfronteiriças produzidas pelas redes de ilegalismos na região, questionando a ideia de "ausência do Estado".	O artigo conclui que o Estado deve ser visto como produtor de "margens" e não ausente, e sugere que a segurança pública deve focar nas sociabilidades criminais em vez de apenas na repressão, reconhecendo a complexidade da violência.
Rocha (2021)	O foco é na rota de tráfico internacional com origem na Fronteira Brasil–Paraguai e percurso pelo estado do Paraná, com análise no nível local/individual da criminalização da pobreza e da exploração infantojuvenil.	Os atores são os adolescentes vulneráveis, explorados como "mulas" pelo narcotráfico, sendo cooptados através de promessas de lucro e submetidos à dupla violência (do tráfico e do sistema penal), sem detalhar a estrutura dos grupos organizados.	A logística foca no transporte da droga (maconha) feito pelas "mulas" adolescentes, detalhando as sensações, riscos e medos associados às viagens, mas sem descrever rotas geográficas ou técnicas de ocultação.	A principal contribuição é dar voz às narrativas dos adolescentes explorados, evidenciando como a exploração de força de trabalho e a criminalização da pobreza são elementos cruciais da dinâmica do narcotráfico na fronteira.	A conclusão é que o enfrentamento deve ir além da guerra às drogas, focando na proteção social, combate ao racismo estrutural e à exploração infantojuvenil, ao invés de apenas na repressão penal dos indivíduos mais vulneráveis.

Referência	a) Foco Geopolítico, Nível de Análise e Causalidade	b) Atores Criminais e Sua Estrutura	c) Logística de Narcóticos e Dinâmica Operacional	d) Principais Contribuições	e) Reflexões Finais e Sugestões para Políticas Públicas
Pinho, Rodrigues e Zambon (2023)	Foca na fronteira oeste do Brasil (Bolívia e Paraguai) e rotas internas/ transnacionais até São Paulo/ Porto de Santos e Nordeste (Alagoas), analisando a circulação da cocaína em escala local, nacional e global.	Analisa a expansão das facções nacionais, notavelmente PCC e CV, que controlam pontos nodais de intermediação e logística da cocaína na fronteira oeste e rotas internas, utilizando transportadores especializados e alianças locais.	Descreve a logística da pasta base (mercado interno) e cloridrato (exportação) via "jornadas" e "navegação" (improvisação), usando "cabriteiras", simulação de legalidade, "mocós" (fundo falso) e táticas portuárias como "rip-on/rip-off" em contêineres.	Contribui ao detalhar a expansão das facções e a circulação da cocaína através das "jornadas" (pasta base e cloridrato), focando na "navegação" e no conhecimento especializado dos transportadores, em oposição à noção estática de "rota".	Conclui que a expansão das facções mudou a dinâmica transnacional de drogas e implica que a política pública deve focar nos "chokepoints" logísticos (portos/ fronteiras) e na corrupção de agentes estatais, superando a visão estática de "rotas".
Silva e Gazola (2024)	Foca na fronteira Brasil–Paraguai, com ênfase no estado de Mato Grosso do Sul (MS), especificamente na região de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, em escopo de análise local e regional.	Analisa a atuação do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC), descrevendo-os como grupos que, devido à vulnerabilidade social e falta de estrutura estatal, se expandem prometendo segurança e recrutando membros.	O foco é a facilidade logística na fronteira; Ponta Porã é citada como um "hub" crucial para a entrada de drogas (principalmente maconha e cocaína) no Brasil, devido à ausência de fiscalização efetiva e fragilidade das rotas.	Contribui ao diagnosticar a vulnerabilidade da fronteira MS/ Paraguai como o principal fator para a proliferação do crime organizado e a facilitação do tráfico de drogas (especialmente cocaína e maconha) e armas.	Conclui que a política de segurança deve priorizar o aumento do efetivo e da estrutura de fiscalização na fronteira, e buscar a cooperação internacional mais eficiente para coibir o domínio do crime organizado.
Silva, Carneiro Filho e Preussler (2019)	Focado na fronteira Brasil–Paraguai e Brasil-Bolívia no estado de Mato Grosso do Sul, com análise dos impactos das redes de tráfico internacional de drogas e da crise econômica (2014-2018) em nível nacional e regional (subproletariado urbano).	O foco são as redes internacionais de tráfico de drogas, sem detalhar as estruturas de organizações criminosas específicas, mas ressaltando a atuação feminina como "mão de obra". O artigo menciona a dificuldade de atuação da União no combate aos crimes transnacionais no MS.	O MS é um corredor de exportação de cocaína (Bolívia, Peru, Colômbia) e importação de maconha paraguaia, utilizando as cidades-gêmeas e rotas vicinais; o Brasil é plataforma de exportação e fornecedor de químicos para refino da cocaína andina.	Evidenciar a ligação entre a crise econômica brasileira (aumento do desemprego e pobreza), a vulnerabilidade na fronteira e o aumento massivo do encarceramento feminino no MS, sendo este último majoritariamente por tráfico de drogas.	Não declarado.

Referência	a) Foco Geopolítico, Nível de Análise e Causalidade	b) Atores Criminais e Sua Estrutura	c) Logística de Narcóticos e Dinâmica Operacional	d) Principais Contribuições	e) Reflexões Finais e Sugestões para Políticas Públicas
Duarte, Cabral e Völz (2025)	Foca na faixa litorânea e nos portos brasileiros (especialmente Santos, Paranaguá e Rio Grande) como plataformas de exportação, analisando a dinâmica do tráfico em escala nacional e transnacional (principalmente Europa e África).	Menciona que o tráfico internacional de cocaína é impulsionado por organizações criminosas como o PCC, que controlam o fluxo de drogas nos portos, mas não detalha a estrutura interna, hierarquia ou financiamento desses atores.	Descreve a logística da cocaína através dos portos, identificando a utilização de contêineres e a técnica de "rip-off" como *modus operandi* dominante. O porto de Santos é destacado como o principal nó do sistema territorial de tráfico.	Contribui ao demonstrar a importância dos portos como plataformas de exportação de cocaína, evidenciando uma mudança no sistema territorial do tráfico no Brasil, onde a saída da droga está tão ou mais relevante que sua entrada.	Conclui que o narcotráfico utiliza a estrutura logística globalizada, e a política pública deve focar na cooperação internacional, na fiscalização das instalações portuárias e na repressão ao crime organizado que instrumentaliza os portos.
Batistote e Nepomuceno (2016)	Concentra-se na fronteira de Mato Grosso do Sul com países vizinhos, notórios produtores (Bolívia e Paraguai), em escopo de análise regional e transnacional, com foco na atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF).	Descreve a estrutura do crime organizado (não nomeia facções específicas) focada no lucro máximo, utilizando a mão de obra barata e descartável das "mulas" aliciadas, geralmente em situação de vulnerabilidade, para o transporte.	Descreve o uso de "mulas" (transportadores) para levar ilícitos (drogas e armas) da fronteira para o território brasileiro e exterior, destacando a clandestinidade e o uso de milhares de mercadorias lícitas para ocultar as operações.	Contribui ao detalhar o papel central e vulnerável das "mulas" na logística do tráfico, destacando a exploração e o risco desproporcional que elas assumem em comparação com os líderes das organizações criminosas.	Conclui que a política criminal deve ter um olhar mais sensível sobre as "mulas" (vítimas de aliciamento), buscando combater o tráfico de pessoas e reprimir as grandes organizações criminosas que exploram essa vulnerabilidade na fronteira.
Aquino (2020)	Análise em nível nacional, descrevendo a ocorrência do "novo cangaço" em todas as regiões do Brasil, com foco em cidades de pequeno e médio porte que se tornam sitiadas, o que demonstra um escopo tático local e logístico nacional.	Foca nas quadrilhas do "novo cangaço", caracterizadas por alta truculência, grande número de membros, poder de fogo e uso de armamento pesado e explosivos. Não detalha hierarquia, financiamento ou aliança com facções de forma explícita.	Não declara detalhes sobre rotas, logística ou tipos de drogas. O foco é a logística financeira e a performance de violência nas ações criminosas contra agências bancárias (roubos/furtos), com uso de explosivos e ataques a forças policiais.	Contribui ao analisar o "novo cangaço" como um fenômeno de violência espetacularizada e performance de poder, caracterizado pela tomada de cidades e afronta ao poder público, extrapolando a mera dimensão financeira do roubo.	Conclui que a política pública deve focar na capacitação e armamento das forças policiais para fazer frente ao poder de fogo das quadrilhas e na integração entre agências para lidar com a mobilidade e truculência desses grupos.

Fonte: elaborado pelos autores.

Data da submissão: 08.04.2026.

Data da aprovação: 30.07.2026.